



CONCURSO PÚBLICO

EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO

CADERNO DE ENCARGOS

CLÁUSULAS GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto do Contrato

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de serviços de manutenção e aquisição de equipamentos de segurança contra incêndios para as instalações e infraestruturas, geridas pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., e melhor identificadas no presente Caderno de Encargos e seus anexos.

Cláusula 2.ª

Documentos Integrantes do Contrato

1. O contrato integrará os seguintes documentos:
 - a) O clausulado contratual;
 - b) Os esclarecimentos, erros, omissões e retificações relativas ao Caderno de Encargos desde que esses erros tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Cocontratante.
2. A Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. pode excluir expressamente do contrato os termos ou condições constantes da proposta que se reportem a aspetos de execução do contrato, não regulamentados pelo presente Caderno de Encargos e, que não sejam estritamente necessários à sua execução, ou sejam considerados desproporcionados.
3. Em caso de divergência entre os documentos que integram o contrato designados nas alíneas b) a e) do n.º 1 da presente Cláusula, a prevalência obedece à ordem por que vêm aí enunciados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (doravante, designado de CCP) e aceites pelo Cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo diploma legal.

5. Os aditamentos ao contrato devem estabelecer a sua própria prevalência relativamente aos restantes documentos.

Cláusula 3.ª

Princípio Geral de Responsabilidade

1. A Ágora poderá, se assim o entender e sempre que tal, no seu juízo, se mostrar necessário em virtude de qualquer situação de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento das obrigações que legal ou contratualmente incumbam ao Cocontratante, intervir diretamente na boa execução do Contrato, substituindo-se ao Cocontratante sem que tal implique qualquer modificação no âmbito da sua responsabilidade. Todos os custos dessa intervenção correrão por conta do Cocontratante.
2. O Cocontratante responderá, pela culpa ou pelo risco, nos termos da lei geral, por quaisquer danos causados no exercício das atividades que irão constituir o objeto do Contrato, respondendo ainda, nos termos em que o comitente responde pelos atos do comissário, pelos danos e prejuízos causados por Terceiros contratados no âmbito das atividades compreendidas no Contrato sem limitação quaisquer danos materiais e/ou morais, continuados ou não, e lucros cessantes.
3. O Cocontratante responderá também por quaisquer danos emergentes e lucros cessantes resultantes de deficiências ou omissões de atuação que impliquem um mau cumprimento ou incumprimento das obrigações que para si decorrem do Contrato.

Cláusula 4.ª

Obrigações do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o Cocontratante as obrigações melhor elencadas no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos e do qual faz parte integrante.
2. Decorrem ainda para o Cocontratante as seguintes obrigações:
 - a) Prestar à Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., de forma atempada e programada e/ou sempre que esta lho solicite, todas as informações pertinentes à boa

- execução do Contrato, bem como cumprir todos os deveres de informação previstos no presente Caderno de Encargos;
- b) Ser responsável pela segurança de pessoas e bens afetos ao fornecimento e serviço contratado, bem como pelas condições de higiene e segurança dos equipamentos que colocar à disposição ao abrigo do Contrato a celebrar;
 - c) Ser responsável por quaisquer danos causados a terceiros pelas pessoas e/ou bens afetos à montagem, desmontagem e funcionamento dos equipamentos a fornecer;
 - d) Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
 - e) Dispor de recursos humanos em qualidade e número adequados para levar a cabo as ações exigidas pela execução do Contrato. Para tanto, o Cocontratante contratará e manterá ao seu serviço o pessoal técnico necessário e adequado à boa execução do serviço contratado;
 - f) Cumprir as normas legais, contratuais e regulamentares aplicáveis às atividades objeto do Contrato.
3. O Cocontratante não pode obter e/ou auferir qualquer outra receita relacionada com o objeto do presente procedimento pré-contratual, que não a prevista no contrato a celebrar.
4. O Cocontratante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor, designadamente, sobre acidentes e medicina no trabalho, relativamente a todo o pessoal ao seu serviço, sendo da sua conta os encargos que daí resultem.
5. Todos os custos relacionados com a execução do Contrato serão da responsabilidade do Cocontratante.

Cláusula 5.ª

Subcontratação

- 1. O Cocontratante poderá, nos termos legais, recorrer à utilização de outras pessoas (singulares ou coletivas) por si contratadas para a realização de algumas das prestações incluídas no Contrato, sem que tal implique qualquer diminuição da sua responsabilidade.
- 2. Qualquer contratação de Terceiros pelo Cocontratante deverá ser previamente autorizada pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., à qual deverão ser

entregues os documentos de habilitação relativos ao Terceiro cuja contratação é pretendida, nos termos do disposto no artigo 318.º n.º 3 alínea a) do CCP.

3. A Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. reserva-se o direito de ordenar a substituição de qualquer uma das pessoas/entidades acima referidas que tenham sido contratadas pelo Cocontratante, ainda que por si previamente aceites, em caso de comprovada incompetência ou negligência no exercício das suas funções, comportamentos graves, ou ainda sempre e quando estas passem a estar legalmente impedidas de contratar com entidades públicas.
4. Constitui especial dever do Cocontratante promover e exigir a qualquer parte terceira com quem venha a contratar que tome as medidas necessárias para salvaguarda da integridade física do público em geral e do pessoal afeto à execução das atividades incluídas no Contrato, devendo ainda cumprir e zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Cláusula 6.ª

Deveres de Informação

1. Durante todo o período de duração do Contrato, o Cocontratante será obrigado, nomeadamente, a:
 - a) Dar conhecimento imediato à Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. de qualquer emergência que ocorra no âmbito da execução do Contrato;
 - b) Dar conhecimento imediato à Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o cumprimento pontual e atempado de qualquer das suas obrigações ou que possa constituir causa de suspensão, interrupção ou cessação de alguma ou todas as atividades objeto do Contrato;
 - c) Dar conhecimento imediato à Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. da necessidade ou conveniência de se proceder a uma qualquer intervenção ou a um trabalho que não se encontre incluído no âmbito da Contrato;
 - d) Fornecer à Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., por escrito e no menor prazo possível, relatório circunstanciado e fundamentado das situações constantes da alínea anterior, integrando eventualmente a contribuição de entidades exteriores ao Cocontratante e de reconhecida competência, com indicação das

correspondentes medidas tomadas ou a implementar, para a superação daquelas situações;

- e) Manter a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., permanentemente informada sobre quaisquer situações que tenham ou possam ter impacto/repercussão na execução do objeto do Contrato.
- 2. O incumprimento dos prazos estabelecidos para quaisquer obrigações previstas no n.º 1 da presente cláusula poderá determinar a aplicação de sanções e, se grave e reiterado, poderá determinar a resolução do Contrato, nos termos do presente Caderno de Encargos

Cláusula 7.ª

Preço

- 1. A Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., pagará ao Cocontratante apenas os serviços efetivamente prestados, bem como os materiais e equipamentos efetivamente fornecidos, sendo que, no caso de não ser atingido o valor total da adjudicação, tal não confere ao Adjudicatário o direito a ser indemnizado, seja a que título for.
- 2. Em sede de execução do contrato, o valor contratual global poderá, eventualmente, atingir o valor total máximo de € 46.798,86 (quarenta e seis mil setecentos e noventa e oito euros e oitenta e seis cêntimos), atento o prazo máximo de vigência contratual admitido (valor sem IVA) e as necessidades de aquisição de equipamento e de serviços que surjam para a Entidade Adjudicante, **não podendo ser ultrapassados os valores constantes dos números seguintes.**
- 3. Para o **ano de 2022**, pela aquisição de equipamento e execução dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações, a Ágora está disposta a pagar o valor anual máximo de **€ 14.845,00 (catorze mil oitocentos e quarenta e cinco euros)** (valor sem IVA), nos termos seguidamente discriminados:
 - 3.1 No que respeita à aquisição de equipamentos e acessórios de segurança, o preço máximo que a Ágora está disposta a pagar é de 10.067,50 € (valor sem IVA), nos termos e respeitando os valores unitários (preços unitários máximos) constante da Tabela 3 do Anexo I;
 - 3.2 No que concerne à prestação de serviços de manutenção de equipamentos de segurança, bem como pelo cumprimento das demais obrigações, o preço máximo que a

Ágora está disposta a pagar é de 4.777,50 € (valor sem IVA), nos termos e respeitando os valores unitários (preços unitários máximos) constantes da Tabela 2 do Anexo I.

4. Para **os anos de 2023 e 2024**, caso o contrato se venha a manter em vigor, o Contrato terá como limite os seguintes parâmetros anuais:
 - a) aquisição de equipamentos e acessórios de segurança, o preço máximo que a Ágora está disposta a pagar é de:
 - a1) **Em 2023**: 10.570,88 € (valor sem IVA), nos termos e respeitando os valores unitários (preços unitários máximos) constante da Tabela 3 do Anexo I;
 - a2) **Em 2024**: 11.099,42 € (valor sem IVA), nos termos e respeitando os valores unitários (preços unitários máximos) constante da Tabela 3 do Anexo I.
 - b) prestação de serviços de manutenção de equipamentos de segurança, bem como pelo cumprimento das demais obrigações, o preço máximo que a Ágora está disposta a pagar é de:
 - b1) **Em 2023**: 5.016,38 € (valor sem IVA), nos termos e respeitando os valores unitários (preços unitários máximos) constante da Tabela 2 do Anexo I;
 - b2) **Em 2024**: 5.267,19 € (valor sem IVA), nos termos e respeitando os valores unitários (preços unitários máximos) constante da Tabela 2 do Anexo I.
5. Os preços referidos nos números anteriores incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público, **designadamente, deslocações, fornecimento, montagem e aplicação dos equipamentos e acessórios**.
6. Os preços serão revistos anualmente de acordo com o Índice de preços do consumidor oficialmente publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, referente ao ano anterior a que respeita a atualização.
7. A revisão de preços fica, porém, condicionada à comunicação escrita do Cocontratante à Ágora, devidamente fundamentada, onde conste a nota justificativa dos preços apresentados.

Cláusula 8.ª

Prazo e Modo de Pagamento

1. O pagamento dos serviços efetivamente prestados, bem como dos materiais e equipamentos efetivamente fornecidos será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas nas instalações da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., as quais deverão ser emitidas após o cumprimento das obrigações a que se referem.
2. O valor a faturar corresponderá aos bens/serviços efetivamente adquiridos/efetuados, mediante solicitação da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., sendo o preço a pagar apurado em conformidade com os preços parciais/unitários contratualizados.
3. Desde que devidamente emitida e observado o disposto nos números anteriores, a fatura será paga por cheque ou por transferência bancária para a instituição bancária indicada pelo Cocontratante.

Cláusula 9.ª

Prazos de Execução

1. Sem prejuízo das obrigações necessárias que devam ser executadas noutros prazos e outras que devam perdurar para além da cessação do contrato, o serviço/fornecimento/instalação deverá ser realizado desde a data de 01 de janeiro de 2022 até ao dia 31 de dezembro de 2022, podendo ser objeto de 2 (duas) renovações pelo período de 1 (um) ano cada, se não for denunciado por qualquer das partes, através de carta registada com aviso de receção, enviada à outra, até 90 (noventa) dias antes do término do prazo do contrato em 31 de dezembro de 2022 e/ou 31 de dezembro de 2023.
2. Caso o preço global fixado seja atingido antes de decorrido o prazo para a duração do Contrato, tal implicará a imediata cessação do mesmo.
3. Sem prejuízo da produção de efeitos do contrato a celebrar só ocorrer após 01 de janeiro de 2022, as partes deverão articular para que seja realizada de forma adequada o período de transição.
4. Sem prejuízo das normas legais imperativas, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao Contratante o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

Cláusula 10.ª

Condições de Eficácia

1. O contrato a celebrar na sequência do presente procedimento integra-se no cumprimento de atribuições e obrigações da Ágora definidas pelo Município do Porto, através de contrato-programa e de contratos de prestação de serviços, estando a sua eficácia condicionada à eficácia desses contratos, designadamente dos atos de aprovação, visto e publicidade que sobre os mesmos recaiam.
2. A Ágora reserva-se o direito de não adjudicar ou de determinar a caducidade da adjudicação nos termos, entre outros, dos artigos 79.º e 87.º-A do CCP, designadamente se não se verificarem as condições de eficácia definidas no número anterior ou se ocorrer qualquer outro motivo que a impeça de assumir legalmente o compromisso inerente ao contrato a celebrar.
3. A apresentação de proposta implica a aceitação das condições referidas nos números anteriores, não assistindo ao adjudicatário expectativas ou direitos de execução do contrato sem que as mesmas estejam verificadas e confirmadas pela Ágora, nem o direito a qualquer compensação ou indemnização, seja pela Ágora seja pelo Município do Porto, caso aquelas não se venham a verificar.

Cláusula 11.ª

Casos Fortuitos ou de Força Maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Nenhuma das partes incorrerá em qualquer obrigação de indemnizar, compensar ou ressarcir a outra por quaisquer prejuízos incorridos ou a incorrer para cumprimento das suas obrigações contratuais por força de caso fortuito ou de força maior.
3. Para efeitos dos números anteriores, considera-se caso de força maior, o facto praticado por terceiro pelo qual a parte não seja responsável, direta ou indiretamente, ou que, para a sua verificação, não tenha comprovadamente contribuído, bem como qualquer facto natural, situação imprevisível ou inevitável cujos efeitos se produzam independentemente da vontade ou das circunstâncias pessoais das partes, nomeadamente:
 - a) Atos de guerra ou subversão;
 - b) Epidemias;

- c) Ciclones;
 - d) Tremores de terra, fogo, raios, inundações que afetem as instalações ou capacidade produtiva das partes;
4. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior que impeçam o cumprimento total ou parcial do contrato ou que impliquem atrasos ou prejuízos na execução do contrato ou o agravamento do seu custo deve comunicar e justificar tais situações à outra parte, indicando o prazo previsível para o restabelecimento da situação.
5. O Cocontratante deve, no prazo de vinte e quatro (24) horas a contar do conhecimento da ocorrência, por correio eletrónico, fax ou carta registada com aviso de receção, notificar a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. da duração previsível do acontecimento e dos seus efeitos na execução do contrato, juntando certificado das entidades competentes que ateste a realidade e exatidão dos factos alegados e oferecendo prova de, em tempo devido, ter esgotado todos os meios para reduzir ao mínimo o atraso e os prejuízos na execução do contrato.
6. Se o Cocontratante não puder, por razões que não lhe sejam imputáveis, apresentar os certificados referidos, no número anterior dentro do prazo aí previsto, deve notificá-los logo que possível, apresentando igualmente a justificação para tal atraso.
7. O incumprimento pelo Cocontratante do disposto nos números anteriores, implica a sua responsabilidade pelo incumprimento das obrigações contratuais em causa, não podendo invocar os direitos previstos nos n.ºs 1 e 2 da presente Cláusula.

Cláusula 12.ª

Sanções

1. Sem prejuízo das responsabilidades do Cocontratante perante Terceiros e da aplicação de penalidades por outras entidades com competência para tal, a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. poderá aplicar ao Cocontratante sanções pecuniárias, de acordo com o disposto nas Cláusulas expressamente previstas neste Caderno de Encargos e/ou no Contrato e, desde que o incumprimento do Cocontratante decorra de atos ou omissões que lhe sejam imputáveis.
2. A Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. poderá aplicar as sanções pecuniárias que estejam previstas ao longo do Contrato, bem como admoestar o Cocontratante e dar conhecimento e/ou publicitar o ato ou omissão que der origem à aplicação da sanção, da forma que entender.

3. Na aplicação das sanções a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. atuará segundo um princípio de proporcionalidade e basear-se-á em critérios de razoabilidade que ponderem, na escolha da sanção a aplicar, a gravidade e/ou reiteração do comportamento a sancionar.

Cláusula 13.ª

Sanções Pecuniárias

1. O incumprimento, a mora ou o cumprimento defeituoso das obrigações do Cocontratante, incluindo as obrigações relativas ao cumprimento de prazos, confere à Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. o direito de aplicação de sanções pecuniárias.
2. A Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. poderá aplicar sanção pecuniária ao Cocontratante nas seguintes situações, sem prejuízo de outras previstas ao longo do presente Caderno de Encargos:
 - a) Falta de cumprimento das obrigações legais e contratuais relativas a prazos;
 - b) Desobediência a determinações, instruções e diretivas da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., no âmbito dos seus poderes de direção, fiscalização e aprovação;
 - c) Falta de apresentação atempada de relatórios e/ou de prestação de informações ou outros elementos solicitados pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.;
 - d) Violação de qualquer norma legal, regulamentar ou contratual;
3. Caso o fundamento da aplicação da sanção pecuniária consista em mora do Cocontratante no cumprimento de obrigações para si emergentes do Contrato, a sanção pecuniária poderá ser aplicada por cada dia de atraso no cumprimento da obrigação em falta.
4. As sanções pecuniárias que forem aplicadas nos termos dos números anteriores não poderão exceder:
 - a) 2% do valor contratual por cada dia de atraso;
 - b) 20% do valor contratual para cada um de todos os restantes casos.
5. As sanções pecuniárias serão exigíveis nos termos fixados na notificação a dirigir ao Cocontratante e a sua aplicação deve ser precedida de comunicação escrita da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. ao Cocontratante, dando-lhe conhecimento dessa

sua intenção, dos motivos que a determinam e do valor liquidado, concedendo-lhe um prazo não inferior a 10 (dez) dias a contar da notificação para pagar ou deduzir a sua defesa.

6. As sanções pecuniárias fixadas pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. nos termos dos números anteriores serão exigíveis, nos termos por esta comunicados ao Cocontratante, na decisão sobre a defesa apresentada pelo Cocontratante, nos termos do n.º 4 da presente Cláusula.
7. A Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. poderá reduzir o montante da sanção pecuniária aplicada nos termos dos números anteriores sempre que esse montante se mostre desajustado em relação ao concreto comportamento a sancionar e/ou em relação aos prejuízos reais sofridos pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. podendo esta, se assim o entender, anular a aplicação de qualquer sanção pecuniária quando se verifique que as atividades previstas no Contrato foram bem executadas e/ou os atrasos no cumprimento dos prazos foram totalmente recuperados.
8. As sanções pecuniárias aplicadas nos termos deste Caderno de Encargos poderão ser cumulativas.
9. A aplicação de sanções pecuniárias que, cumulativamente, atinjam 20% do preço contratual, confere à Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. o direito de resolver o Contrato, nos termos do presente Caderno de Encargos.
10. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. decida não resolver o Contrato por daí resultar grave dano, o aludido limite poderá ser elevado para 30%.
11. As sanções pecuniárias previstas neste Caderno de Encargos são estabelecidas sem prejuízo do direito à indemnização pelo dano excedente que ao caso eventualmente couber.

Cláusula 14.ª

Impossibilidade do Cumprimento, Incumprimento e Incumprimento Definitivo

1. Verificando-se a comprovada impossibilidade do cumprimento integral e total do Contrato pelo Cocontratante ou pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., conforme for o caso, em virtude da ocorrência de um caso de Força Maior, nos termos do disposto na Cláusula 11.ª, o Cocontratante ou a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M.,

S.A., respetivamente, poderão resolver o Contrato, através de notificação da Parte que pretende a resolução à outra Parte.

2. Se o Cocontratante cumprir defeituosa ou inexatamente qualquer das suas obrigações contratuais por facto que lhe seja imputável ou não as cumprir de forma pontual, a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. poderá notificá-lo para, dentro de um prazo não superior a 2 (dois) dias:
 - a) Cumprir correta e atempadamente as obrigações em falta;
 - b) Repor a normalidade da situação;
 - c) Proceder de acordo com outra instrução razoável especificada naquela notificação.
3. Findo o prazo referido no número anterior sem que o Cocontratante tenha sanado o incumprimento e/ou agido em conformidade com a notificação da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., esta poderá, mediante mera notificação ao Cocontratante e independentemente de qualquer outra formalidade:
 - a) Optar por substituir-se ao Cocontratante, promovendo, a expensas deste, o desenvolvimento, direta ou por intermédio de Terceiro, das atividades não executadas; ou
 - b) Considerar o incumprimento como definitivo e resolver o Contrato nos termos do disposto na Cláusula 15.ª.
4. Se o incumprimento defeituoso ou o incumprimento parcial ou total das obrigações do Cocontratante conduzirem, no livre entender da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., à impossibilidade definitiva do cumprimento ou à perda do interesse da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. na execução do Contrato, esta poderá optar por resolver de imediato o Contrato nos termos do disposto na Cláusula 15.ª, sem necessidade de efetuar as comunicações prévias previstas nos números anteriores.
5. O disposto nos números anteriores não invalida a aplicação pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. das sanções previstas neste caderno de encargos, nem qualquer outro direito de natureza indemnizatória nos termos gerais de direito.
6. Se a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. incumprir as obrigações que para ela resultarem do Contrato, o Cocontratante deve, sob pena de ineficácia dos direitos que lhe assistem face à Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. em virtude desse incumprimento, notificá-la para que, num prazo razoável, cumpra as suas obrigações ou reponha a normalidade da situação.

7. No caso previsto no número anterior o Cocontratante pode ainda invocar a exceção de não cumprimento desde que notifique a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. da sua intenção de exercer qualquer um destes direitos, bem como os respetivos fundamentos, com uma antecedência mínima de 15 (quinze) dias relativamente à data em que pretender exercê-los.
8. Se, uma vez invocada a exceção de não cumprimento pelo Cocontratante, a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. entender que a mesma implica um grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente ao Contrato, deve esta reconhecer esse facto, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação a que se refere o número anterior, mediante resolução fundamentada nos termos previstos no n.º 4 do artigo 327.º do CCP.

Cláusula 15.ª

Resolução pela Ágora

1. Além dos casos de violação reiterada ou grave, pelo Cocontratante, das disposições legais ou do Contrato e dos casos em que tal direito se encontre expressamente atribuído por lei ou no Contrato, a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. poderá ainda resolver o Contrato, sem que o Cocontratante tenha direito a qualquer indemnização, nos seguintes casos:
 - a) Desvio do objeto do Contrato;
 - b) Incumprimento definitivo do Contrato, por facto imputável ao Cocontratante, declarado nos termos do disposto na Cláusula 14.ª;
 - c) Cessação, interrupção ou suspensão, total ou parcial, do desenvolvimento das atividades do Contrato, sem que tenham sido tomadas medidas adequadas à remoção da respetiva causa;
 - d) Incumprimento por parte do Cocontratante, de ordens, diretivas ou instruções da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.;
 - e) Cessão da posição contratual do Cocontratante ou subcontratação das atividades incluídas no Contrato, realizadas em contradição com os termos previstos neste Caderno de Encargos para essas duas situações;
 - f) Verificação da ocorrência de deficiência grave na organização e desenvolvimento das atividades incluídas no Contrato, designadamente em termos que possam comprometer a realização dos Eventos nas condições exigidas pela lei ou neste Caderno de Encargos;

- g) Aplicação de multas e sanções pecuniárias ao Cocontratante, nos termos deste Caderno de Encargos, cujo valor acumulado exceda os termos legais;
 - h) Incumprimento pelo Cocontratante de decisões arbitrais ou judiciais relativas ao Contrato;
 - i) Declaração de insolvência, estado de liquidação, dissolução, sujeição a qualquer medida judicial de recuperação de empresa ou inabilitação judicial ou administrativa do exercício da atividade social relativamente ao Cocontratante;
 - j) Condenação do Cocontratante por qualquer delito que afete de forma grave a sua honorabilidade profissional e o impeça de desenvolver qualquer uma das atividades que irão constituir objeto do Contrato;
 - k) Falta de pagamento, pelo Cocontratante, de quaisquer impostos, taxas ou contribuições;
 - l) Exercício, pelo Cocontratante, de prática fraudulenta que lese o interesse público;
 - m) Falta de cumprimento, pelo Cocontratante, de decisões ou sentenças proferidas relativas à execução do Contrato;
 - n) Prestação, pelo Cocontratante, de indicações ou informações falsas à Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.
2. A resolução opera mediante notificação enviada pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. ao Cocontratante indicando o motivo justificativo da resolução, uma vez cumpridos os procedimentos estabelecidos na Cláusula 14.^a, se aplicáveis.
3. A Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. pode ainda resolver o Contrato por razões de interesse público, nos termos do artigo 334.º do CCP, mediante o pagamento ao Cocontratante de justa indemnização nos termos legais.

Cláusula 16.^a

Resolução pelo Cocontratante

1. O Cocontratante poderá resolver o Contrato nos termos do artigo 332.º do CCP.
2. Para poder operar a resolução do Contrato tem de, cumpridos os procedimentos estabelecidos na Cláusula 14.^a, recorrer à via judicial, alegando as razões que determinam o seu direito à resolução.
3. A resolução do contrato pelo Cocontratante depende da verificação pelo tribunal judicial da validade da sua pretensão, operando apenas com o trânsito em julgado da sentença que a determine em definitivo.

4. Sem prejuízo do disposto no n.º 7 da Cláusula 14.ª, o Cocontratante não poderá interromper ou suspender o cumprimento das suas obrigações até à efetiva resolução do Contrato nos termos do número anterior, comprometendo-se ainda a prestar todo o auxílio que lhe seja solicitado pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. relativamente à transição para outra entidade, uma vez cessado o Contrato.
5. A resolução nos termos deste artigo implica o pagamento pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. ao Cocontratante de uma indemnização pelos prejuízos diretamente decorrentes da resolução, nos termos gerais de direito.

Cláusula 17.ª

Compromisso de Resolução Amigável

1. No caso de litígio ou disputa quanto à interpretação, aplicação ou integração do disposto no Contrato, as Partes diligenciarão, por todos os meios de diálogo e modo de composição de interesses, de forma a obter uma solução concertada para a questão.
2. Caso tenha decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sobre a data de início da tentativa de resolução amigável prevista no número anterior, sem que as Partes desavindas tenham chegado a um consenso, qualquer das Partes em litígio poderá, a todo o momento, dar por finda a tentativa de resolução amigável e submeter a questão à resolução do foro competente, de acordo com o disposto na cláusula seguinte.

Cláusula 18.ª

Foro

Para quaisquer questões emergentes do Contrato e seus Anexos, nomeadamente, as relativas à sua interpretação, integração ou execução, mora, incumprimento ou cumprimento defeituoso, ou com a sua validade e/ou eficácia, ou de quaisquer das suas disposições, serão decididas por via judicial, sendo competente o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 19.ª

Não Exoneração de Cumprimento

A submissão de qualquer questão ao tribunal não exonera o Cocontratante do exato e pontual cumprimento do Contrato e das determinações da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., nem permite qualquer suspensão, interrupção e/ou cessação do desenvolvimento das

atividades integradas no Contrato, as quais deverão continuar a processar-se nos termos em vigor à data de submissão da questão, até que uma decisão final seja obtida relativamente à matéria em causa.

Cláusula 20.ª

Dever de Confidencialidade

1. As Partes obrigam-se a manter e considerar como confidenciais, durante a vigência do Contrato e nos 5 (cinco) anos posteriores à sua cessação, todos os dados, informações e registos a que tenham acesso em virtude do estabelecido no Contrato e/ou que tenham recebido da outra Parte, com a menção de serem secretos ou confidenciais ou cuja confidencialidade resulte da sua própria natureza, só podendo dar conhecimento do seu conteúdo a Terceiros com o prévio consentimento escrito da outra Parte.
2. As Partes devem assegurar que o seu pessoal guarde a confidência referida no número anterior e tomar todas as medidas necessárias ou úteis para tal.
3. As obrigações de confidencialidade previstas neste artigo não se aplicarão aos dados, informações e registos que:
 - a) Já sejam do domínio público quando da receção dos mesmos;
 - b) Passem, de acordo com a lei aplicável, a ser do domínio público após a sua receção;
 - c) A Parte prove ter já na sua posse legítima, quando da sua receção, sem terem sido diretamente obtidos da outra Parte.
4. As Partes desde já acordam que os dados, informações e registos referidos nesta cláusula poderão ser transmitidos a autoridades, assessores, instituições financeiras ou seguradoras, para a obtenção de autorizações, pareceres, financiamentos ou seguros necessários no âmbito do Contrato.
5. Os terceiros referidos nesta cláusula não incluem qualquer entidade com a qual a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. ou o Cocontratante celebrem contratos no âmbito do Contrato cuja execução implique a utilização dos elementos previstos nesta cláusula, nem com quem tenha contactado para o mesmo efeito, desde que esses terceiros assumam por escrito as obrigações de confidencialidade.
6. O dever de confidencialidade estabelecido nesta cláusula para a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. e para o Cocontratante, não prejudicará o cumprimento das obrigações legais de informação e/ou publicitação a que as Partes estejam ou venham a estar sujeitas.

7. A utilização pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. dos dados, informações e registos a que tenha ou possa vir a ter acesso em virtude do Contrato, na preparação e lançamento de um ou mais futuros procedimentos para a contratação de serviços com conteúdo ou objeto idêntico ao do Contrato, assim como a disponibilização desses dados, informações ou registos à entidade que venha a suceder ao Cocontratante na prestação de todos ou alguns dos Serviços incluídos no objeto do Contrato não constituirá violação das obrigações de sigilo e confidencialidade que resultam do presente artigo para a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.

Cláusula 21.ª

Proteção de dados pessoais

1. O Cocontratante e a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. obrigam-se, durante a vigência do contrato (e, sempre que exigível, após a sua cessação), a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, sem prejuízo das obrigações que possam resultar igualmente para terceiros, tais como, para a entidade gestora da plataforma eletrónica utilizada pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. e para o IMPIC, IP.
2. O Cocontratante é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD).
3. A subcontratação de prestações que envolvam o tratamento de dados pessoais carece de autorização prévia da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. que deverá ser realizada nos termos legalmente previstos para o efeito. O Cocontratante é responsável pelo tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do contrato, mesmo que seja por subcontratado.
4. A Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., no caso de suspeitar da verificação de algum incumprimento do RGPD, deve notificar o Cocontratante para este, no prazo de 5 dias, demonstrar o total cumprimento do referido regulamento.
5. Caso o Cocontratante não demonstre o total cumprimento do RGPD, seja porque não o demonstrou, seja porque não o cumpre, a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.

fica autorizada a proceder à auditoria aos sistemas de informação do mesmo, ficando este responsável por todos os custos dessa auditoria.

6. No caso previsto no número anterior, a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. poderá compensar os custos suportados não só através do pagamento de eventuais quantias que sejam devidas ao Cocontratante, como também do acionamento da caução, caso esta tenha sido prestada, ou, ainda, através do recurso às retenções que eventualmente tenham sido efetuadas.
7. No caso de se verificar algum incumprimento do RGPD por parte do Cocontratante, este deverá, no prazo de 10 dias, pôr fim ao incumprimento e demonstrá-lo à Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A..
8. O não cumprimento do RGPD é considerado, para todos os efeitos, um incumprimento muito grave do contrato, podendo a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. resolver o contrato.
9. Caso o Cocontratante impeça ou não colabore na realização da auditoria referida no n.º 5 da presente cláusula, a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. poderá resolver o contrato, com fundamento em incumprimento muito grave por parte do mesmo.
10. Finda a vigência do contrato, sem prejuízo das obrigações legais, o Cocontratante tem a obrigação de eliminar/apagar ou devolver à Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., consoante a opção definida pelo gestor do contrato, os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A..
11. Na ausência de indicação do gestor do contrato o Cocontratante deve eliminar, sem prejuízo das obrigações legais, e dados que deverão ser mantidos por imposição legal
12. Caso o cocontratante seja provedor de redes e sistemas de informação, o Cocontratante deve garantir, quando aplicáveis, todos os requisitos específicos constantes da RCM 41/2018 e classificados como obrigatórios, a fim de assegurar o respeito pelas normas presentes no Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Cláusula 22.ª

Comunicações entre as Partes

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, através de correio

eletrónico, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para os respetivos endereços eletrónicos, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.ª

Prazos

Os prazos incluídos no Caderno de Encargos contam-se em dias de calendário, sendo aplicável o disposto no artigo 471.º do CCP.

Cláusula 24.ª

Legislação Aplicável

Em tudo o omissso no presente Caderno de Encargos será observado o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação portuguesa aplicável ao objeto dos contratos.

Anexo I - Especificações técnicas

De acordo com a Rede de infraestruturas geridas pela Ágora, e conforme **tabela 1**, que discrimina a tipologia dos equipamentos instalados, ou a instalar, infra determina-se os trabalhos a efetuar pela prestação de serviços e/ou aquisição de equipamentos, durante a vigência do contrato.

INFRAESTRUTURA	Extintores									Carretel B.I.	Portas C.F. Emergência	Blocos	
	ABC				CO2			ABF				P	NP
	4 Kg	6 Kg	25 Kg	50 Kg	2 Kg	5 Kg	51 Kg	6L	9L				
REMUPI													
Piscina de Cartes		5			2	2				2	7	15	3
Piscina da Constituição		2			6	2		1		5	4	21	4
Piscina Eng.º Armando Pimentel		8			5	1					6		
REMUPA													
Pav. Lagarteiro		10			2	1			1	4	3	12	16
Pav. Fontes Pereira de Melo		7			3					3	3	13	15
Pav. Nicolau Nasoni		5			2			6		3	5	9	27
Pav. Pêro Vaz de Caminha		5			4					3	3	8	17
Pav. Irene Lisboa		6			1	1		1		2	4	8	20
Pav. Viso		12			1	1				2	2	8	14
REMUGC													
Polidesportivo Choupas		1			1							5	3
Campo Sintético do Viso		2			1							12	
Parque Desportivo de Ramalde		8			3							20	6
Campo Futebol Parque Cidade		4										4	
PARQUES DE ESTACIONAMENTO													
Parque Silo Auto		83			7	2						65	54
Parque Silo Auto - Armazém		4	1		2							2	3
Parque dos Poveiros		19			3	1				18	18	27	1
Parque Palácio de Cristal		30			4	5				18	17	25	
Queimódromo										3			
SEDE													
Sede - Serviços Centrais		5			2	1				1		4	3
Polo II		2			1			1					9
Armazém		1				1		1				4	
RESERVA													
Reserva		6			0								
ESTÁDIO DE PRAIA													
Estádio de Praia		7			5								
CULTURA													
Teatro Rivoli	4	101			13	3	7		1	40	60		
Teatro Campo Alegre		48		1	1	8				18	20		
Campus Paulo Cunha e Silva		4				1		1		3	5		
Ateliers Municipais		3			6	1							
Biblioteca Popular de Pedro Ivo		2											
SUBTOTAIS													
	4	390	1	1	75	31	7	11	2	125	157	262	195
TOTAL													
	804												

I – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (tabela 2 – prestação de serviços):

Art.º	MANUTENÇÃO	Unidade	Preço Máximo Unitário	Ponderação
	Meios de 1ª e 2ª Intervenção - Revisão anual			
1	Extintor CO2 2kg	Un	5,50 €	A
2	Extintor CO2 5Kg	Un	5,50 €	A
3	Prova Hidráulica Extintor CO2 2kg	Un	22,00 €	A
4	Prova Hidráulica Extintor CO2 5kg	Un	22,00 €	A
5	Extintor ABF 6Lt - H2O+Adit.	Un	5,50 €	A
6	Extintor ABF 9Lt - H2O+Adit.	Un	5,50 €	A
7	Extintor ABC 2kg	Un	5,50 €	A
8	Extintor ABC 4kg	Un	5,50 €	A
9	Extintor ABC 6kg	Un	5,50 €	A
10	Extintor ABC 9kg	Un	5,50 €	A
11	Extintor ABC 25kg	Un	8,25 €	A
12	Extintor ABC 50kg	Un	8,25 €	A
13	Carretel	Un	5,50 €	A
14	Carretel tipo teatro, de segunda intervenção	Un	5,50 €	A
15	Boca de incêndio	Un	5,50 €	A
16	Boca de incêndio siamesa	Un	5,50 €	A
	Meios de 1ª e 2ª Intervenção - Revisão extra			
17	Extintor CO2 2kg	Un	8,25 €	A
18	Extintor CO2 5Kg	Un	8,25 €	A
19	Extintor ABF 6Lt - H2O+Adit.	Un	8,25 €	A
20	Extintor ABF 9Lt - H2O+Adit.	Un	8,25 €	A
21	Extintor ABC 2kg	Un	8,25 €	A
22	Extintor ABC 4kg	Un	8,25 €	A
23	Extintor ABC 6kg	Un	8,25 €	A
24	Extintor ABC 9kg	Un	8,25 €	A
25	Extintor ABC 25kg	Un	11,00 €	A
26	Extintor ABC 50kg	Un	11,00 €	A
27	Carretel	Un	8,25 €	A
28	Prova hidrostática às mangueiras de 25 mm e 45 mm	Un	10,00 €	A
29	Carretel tipo teatro, de segunda intervenção	Un	8,25 €	A
30	Boca de incêndio	Un	8,25 €	A
31	Boca de incêndio siamesa	Un	8,25 €	A
	Meios de 1ª e 2ª Intervenção - Carga anual			

32	Extintor CO2 2kg	Un	8,80 €	A
33	Extintor CO2 5Kg	Un	22,00 €	A
34	Extintor ABF 6Lt - H2O+Adit.	Un	9,90 €	A
35	Extintor ABF 9Lt - H2O+Adit.	Un	14,85 €	A
36	Extintor ABC 2kg	Un	6,60 €	A
37	Extintor ABC 4kg	Un	8,25 €	A
38	Extintor ABC 6kg	Un	9,90 €	A
39	Extintor ABC 9kg	Un	14,85 €	A
40	Extintor ABC 25kg	Un	41,25 €	A
41	Extintor ABC 50kg	Un	82,50 €	A
Meios de 1ª e 2ª Intervenção - Carga extra				
42	Extintor CO2 2kg	Un	11,00 €	A
43	Extintor CO2 5Kg	Un	27,50 €	A
44	Extintor ABF 6Lt - H2O+Adit.	Un	13,20 €	A
45	Extintor ABF 9Lt - H2O+Adit.	Un	19,80 €	A
46	Extintor ABC 2kg	Un	8,80 €	A
47	Extintor ABC 4kg	Un	11,00 €	A
48	Extintor ABC 6kg	Un	13,20 €	A
49	Extintor ABC 9kg	Un	19,80 €	A
50	Extintor ABC 25kg	Un	55,00 €	A
51	Extintor ABC 50kg	Un	110,00 €	A
Trabalho em Altura - Revisão anual				
52	Inspeção anual - arnês	Un	16,50 €	A
53	Inspeção anual - corda de posicionamento	Un	6,60 €	A
54	Inspeção Anual - Cabos Y para progressão	Un	6,60 €	A
Revisão anual - outros equipamentos				
55	Verificação e Manutenção portas corta fogo e emergência (molas de fecho automático; puxador, barra antipânico, fita intumescente).	Un	2,75 €	A
56	Manutenção e assistência a sistemas de deteção e extinção CO2 das caldeiras SAEI	Un	165,00 €	A
57	Carregamentos de garrafas de CO2 de 67 Lts.	Un	180,00 €	A
58	Prova Hidráulica para garrafa CO2 de 51 kg	Un	137,50 €	A

Obrigações principais:

A - Revisão de extintores nos termos da legislação em vigor e em conformidade com a norma NP 4413, que inclui nomeadamente:

- Verificar se o extintor está visível e sinalizado;
- Verificar se a válvula, a mangueira e a agulheta se encontram em bom estado de conservação e se o selo não foi violado;

- c) Verificar se o selo foi violado, ou se o extintor estiver danificado, com carga desadequada ou com outros danos, devendo ser submetido a medidas de manutenção adequadas, nomeadamente, recarregado e se necessário apetrechado com vedantes, cavilhas, selos de validade, selos de violação e carga de azoto;
- d) Efetuar a carga quinquenal, quando atento à data de fabrico do equipamento seja obrigatória;
- e) Providenciar o registo atualizado com as datas das inspeções, a indicação de quem as fez e todas as indicações das medidas corretivas necessárias;
- f) Afixar selos de manutenção nos equipamentos onde deverá estar registado as seguintes informações: ano e mês do carregamento do extintor, ano e mês da revisão e, ainda, ano e mês de validade, após o qual é necessário novo processo de manutenção.

B - Revisão de Carreteis e bocas-de-incêndio tipo teatro, nos termos da legislação em vigor de acordo com as normas NP-EN-671-1 e NP-EN671-2, bem como a aplicação de todos os acessórios necessários ao funcionamento do equipamento, nomeadamente:

- a) Verificar o fluxo e pressão de água;
- b) Verificar o funcionamento da válvula de corte;
- c) Verificar o estado geral da mangueira, do orientador e das tubagens de abastecimento de água ou outro material de extinção;
- d) Verificar o eixo e tambor;
- e) Verificar o mecanismo de abertura e fecho da agulheta;
- f) Realizar a prova de pressão hidráulica à mangueira (de 5 em 5 anos);
- g) Registrar e atualizar todas as datas das inspeções, a indicação de quem as fez e todas as indicações das medidas corretivas necessárias;
- h) Afixar selos de manutenção nos carreteis onde deverão estar registadas as seguintes informações: ano e mês da manutenção/revisão e, ainda, ano e mês de validade, após o qual é necessário novo processo de manutenção.

C - Verificação e/ou manutenção de outros equipamentos, tais como: Portas corta-fogo ou de emergência e manutenção de sistemas de deteção e extinção (CO2), devendo, para tanto, proceder-se à elaboração de competentes relatórios individualizados e registos.

II – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA (tabela 3 – aquisição de equipamentos):

Art.º	AQUISIÇÃO	Unidade	Preço Máximo Unitário	Ponderação
	Meios de 1ª e 2ª Intervenção - Equipamentos			
1	Extintor CO2 2kg	Un	31,90 €	B
2	Extintor CO2 5Kg	Un	62,70 €	B
3	Extintor ABF 6Lt - H2O+Adit.	Un	37,40 €	B
4	Extintor ABF 9Lt - H2O+Adit.	Un	44,00 €	B
5	Extintor ABC 2kg	Un	18,70 €	B
6	Extintor ABC 4kg	Un	22,00 €	B
7	Extintor ABC 6kg	Un	25,85 €	B
8	Extintor ABC 9kg	Un	33,00 €	B
9	Extintor ABC 25kg	Un	192,50 €	B
10	Extintor ABC 50kg	Un	198,00 €	B
11	Balde de areia cónico/retangular s/ tampa 5Lt	Un	12,10 €	B
12	Tampa p/balde cónico/retangular	Un	2,20 €	B
13	Balde oval/retangular 5Lt	Un	17,60 €	B
14	Caixa de areia de 100LT s/tampa 500x500x400mm	Un	38,50 €	B
15	Tampa p/caixa de areia de 100Lt	Un	11,00 €	B
16	Pá p/ caixa 100Lt	Un	11,00 €	B
17	Granulado tipo absorvente p/ caixa de areia ABX 10	Un	11,00 €	B
18	Caixa para extintor ABC 6kg, em ABS/PVC	Un	30,25 €	B
19	Caixa para extintor CO2 2kg, em ABS/PVC	Un	30,25 €	B
20	Caixa para extintor CO2 5kg, em ABS/PVC	Un	65,45 €	B
21	Armário Porta cega, metálico, para extintor 6kg Pó Químico	Un	27,50 €	B
22	Armário Porta cega, metálico, para extintor 5kg CO2	Un	49,50 €	B
23	Suporte base extintor	Un	22,00 €	B
24	Suporte base extintor com bandeira	Un	8,25 €	B
25	Caixa em chapa NA com visor, vazia(tipo teatro)	Un	55,00 €	B
26	Caixa carretel em ABS vazia	Un	132,00 €	B
27	Carretel inox completo c/ mangueira 25mts	Un	539,00 €	B
28	Armário porta cega metálico,c/carretel basculante, mangueira 25mts, inclui todos os acessórios	Un	214,50 €	B
29	Armário porta cega metálico c/ carretel fixo, mangueira 25mts, inclui todos os acessórios	Un	231,00 €	B
30	Armário porta cega ABS/PVC,c/carretel basculante, mangueira 20mts, inclui todos os acessórios	Un	324,50 €	B

31	Armário porta cega metálico c/ compart. p/ extintor+carretel basculante, mang. 25 mts, inclui todos os acessórios	Un	242,00 €	B
32	Armário tipo teatro, metálico, c/ mangueira 45mts, inclui todos os acessórios	Un	187,00 €	B
33	Caixa de emergência para chaves com martelo, mod. S	Un	10,89 €	B
34	Caixa de emergência para chaves com martelo, mod. M	Un	15,95 €	B
35	Manta ignifuga 1000x1000mm	Un	14,85 €	B
36	Blocos autónomos não permanentes Led c/auton. min. 1 hora	Un	30,25 €	B
37	Blocos autónomos permanentes Led c/auton. min. 1 hora	Un	44,00 €	B
38	Bandeira para bloco autónomo	Un	19,25 €	B
39	Acumuladores (baterias) p/ blocos autonomos	Un	16,50 €	B
40	Porta Corta Fogo de 1 Folha EI 60 Dim. 800x2035mm	Un	192,50 €	B
41	Porta Corta Fogo de 1 Folha EI 60 Dim. 900x2035mm	Un	192,50 €	B
42	Porta Corta Fogo de 1 Folha EI 60 Dim. 1000x2035mm	Un	209,00 €	B
43	Porta Corta Fogo de 2 Folhas EI 60 Dim. 1200x2035mm	Un	506,00 €	B
44	Porta Corta Fogo de 2 Folhas EI 60 Dim. 1300x2035mm	Un	627,00 €	B
45	Porta Corta Fogo de 2 Folhas EI 60 Dim. 1500x2035mm	Un	550,00 €	B
46	Porta Corta Fogo de 2 Folhas EI 60 Dim. 1600x2035mm	Un	561,00 €	B
47	Porta Corta Fogo de 2 Folhas EI 60 Dim. 1800x2035mm	Un	561,00 €	B
48	Porta Corta Fogo de 2 Folhas EI 60 Dim. 2000x2035mm	Un	605,00 €	B
Meios de 1ª e 2ª Intervenção - Acessórios				
49	Lanço de mangueira flexível de 25mts com 45mm diâmetro	Un	88,00 €	B
50	Agulheta com 3 posições para mangueira de 25mm diâmetro	Un	11,00 €	B
51	Agulheta com 3 posições para mangueira de 45mm diâmetro	Un	15,40 €	B
52	1/2 União de ligação fêmea 45mm	Un	13,20 €	B
53	1/2 União de ligação macho 45mm	Un	13,20 €	B
54	1/2 União Storz D25 com canhão 25mm	Un	16,50 €	B
55	1/2 União Storz D52 com canhão 45mm	Un	25,30 €	B
56	Tampão com Storz C25mm	Un	13,20 €	B
57	Tampão com Storz C52mm	Un	13,20 €	B
58	Fecho carretel plástico	Un	13,75 €	B
59	Fechadura triangular	Un	11,00 €	B
60	Chave triangular	Un	5,50 €	B
61	Manómetro 0-16 bar	Un	6,60 €	B
62	Mangueira semirrígida para ponta de alimentação com 25 mm de diâmetro até 0,90 mts	Un	27,50 €	B
63	Difusor CO2 2Kg	Un	5,50 €	B
64	Difusor CO2 5Kg	Un	16,50 €	B
65	Mangueira Pó 6Kg	Un	4,40 €	B
66	Manómetro para extintor	Un	3,30 €	B
67	Manómetro para carretel	Un	6,60 €	B
68	Mangueira Semirrígida para ponta de alimentação com 25mm diâmetro, 25mts	Un	80,00 €	B

69	Mangueira para ABF	Un	8,80 €	B
70	Suporte para extintor mural	Un	1,10 €	B
71	Válvula Candeia com entrada 2", saída 45mm, com flange e tampão Storz C52	Un	52,25 €	B
72	Válvula Candeia com entrada 2", saída roscada 45mm	Un	30,25 €	B
73	Válvula macho esférico fêmea/fêmea 2"	Un	19,25 €	B
74	Válvula macho esférico fêmea/fêmea 1" para manómetro	Un	27,50 €	B
75	Válvula Candeia para caixa incêndio tipo teatro	Un	30,25 €	B
76	Sinalização fotoluminescente equipamento 100x150	Un	5,50 €	B
77	Sinalização fotoluminescente equipamento 150x150	Un	5,50 €	B
78	Sinalização fotoluminescente equipamento 150x200	Un	5,50 €	B
79	Sinalização fotoluminescente equipamento 200x100	Un	5,50 €	B
80	Sinalização fotoluminescente equipamento 200x150	Un	5,50 €	B
81	Sinalização fotoluminescente equipamento 200x200	Un	5,50 €	B
82	Sinalização fotoluminescente equipamento 300x150	Un	6,60 €	B
83	Sinalização fotoluminescente equipamento 300x300	Un	8,25 €	B
84	Sinalização opaca equipamento 100x150	Un	4,40 €	B
85	Sinalização opaca equipamento 150x150	Un	4,40 €	B
86	Sinalização opaca equipamento 150x200	Un	4,40 €	B
87	Sinalização opaca equipamento 200x100	Un	4,40 €	B
88	Sinalização opaca equipamento 200x150	Un	4,40 €	B
89	Sinalização opaca equipamento 200x200	Un	4,40 €	B
90	Sinalização opaca equipamento 300x150	Un	5,50 €	B
91	Sinalização opaca equipamento 300x300	Un	6,60 €	B
92	Sinalização fotoluminescente panorâmica 150x150	Un	9,90 €	B
93	Sinalização fotoluminescente panorâmica 150x200	Un	9,90 €	B
94	Sinalização fotoluminescente panorâmica 150x300	Un	12,10 €	B
95	Sinalização fotoluminescente panorâmica 200x100	Un	9,90 €	B
96	Sinalização fotoluminescente panorâmica 200x200	Un	11,00 €	B
97	Sinalização fotoluminescente panorâmica 200x300	Un	16,50 €	B
98	Sinalização fotoluminescente panorâmica 200x400	Un	24,75 €	B
99	Sinalização fotoluminescente panorâmica 300x150	Un	12,10 €	B
100	Sinalização fotoluminescente panorâmica 300x300	Un	27,50 €	B
101	Sinalização fotoluminescente panorâmica 400x200	Un	24,75 €	B
102	Planta de emergência fotoluminescente A3	Un	75,00 €	B
103	Fita Intumescente para porta corta fogo - preço metro	Un	2,75 €	B
104	Mola aerea para fecho automático de PCF	Un	38,50 €	B
105	Selector de Fecho para porta corta fogo	Un	82,50 €	B
106	Puxador / Manipulo para porta corta fogo	Un	11,00 €	B
107	Fechadura para porta corta fogo	Un	33,00 €	B
108	Barra Antipânico para porta corta fogo simples	Un	110,00 €	B
109	Barra Antipânico em inox para porta corta fogo simples	Un	220,00 €	B
110	Barra Antipânico para porta corta fogo dupla	Un	165,00 €	B

111	Barra Antipânico em inox para porta corta dupla	Un	330,00 €	B
112	Kit iluminação emergência c/2 projetores e baterias	Un	192,50 €	B
113	Bateria 12V 7AMP	Un	22,50 €	B
114	Rele para outros comandos	Un	30,00 €	B
115	Canhão para porta corta fogo	Un	50,00 €	B
116	Retentor eletromagnético	Un	55,00 €	B
117	Cabo de incêndio em cobre 4 x 1,50mm, valor metro	Un	2,75 €	B

Obrigação principal:

Fornecimento e montagem de equipamentos diversos, designadamente, extintores, carretéis, bocas de incêndio, blocos autónomos e sinalética, bem como lista de acessórios diversos, tudo conforme artigos discriminados na lista constante do **Tabela 3 – Aquisição de equipamentos**.

Outras condições:

As intervenções mediante requisição da Ágora, devem ser realizadas no prazo máximo de cinco dias úteis, garantindo, contudo, o cumprimento do prazo regulamentar entre cada revisão efetuada.

Assiste à Ágora, o direito de fiscalizar e supervisionar, toda ou qualquer intervenção de manutenção realizada pelo adjudicatário.

Após a execução, o adjudicatário dispõe do prazo de cinco dias úteis para remeter à Ágora os respetivos relatórios técnicos das manutenções efetuados, devidamente assinados e validados.

O adjudicatário deverá comparecer ou fazer-se representar, sempre que para tal for convocado pela Ágora, em reuniões referentes a serviços de manutenção objeto do contrato.

A título acessório, o adjudicatário fica, ainda, obrigado a recorrer a todos os meios humanos e materiais adequados à execução do serviço para o qual foi contratado.

Notas:

- Todos os valores apresentados são preços unitários máximos, com exceção dos campos relativos ao “Total”, que corresponde à soma dos valores unitários.
- Todos os locais referidos são dentro da cidade do Porto.